

Lewandowski ajusta resolução sobre presídios para atender evangélicos

Ministro se reuniu com parlamentares do segmento, que reagiram à proibição de proselitismo religioso nas cadeias

LUÍSA MARZULLO
luisa.marzullo@globo.com.br

O governo federal vai ajustar a resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), vinculado ao Ministério da Justiça, que gerou insatisfação entre parlamentares da bancada evangélica por proibir o proselitismo religioso nas cadeias brasileiras. A decisão foi tomada pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, após reunião ontem com deputados e senadores que compõem a frente.

No encontro, ficou acordado que a bancada enviará um ofício com as alterações que deseja. Elas serão incorporadas em uma nota técnica que irá corrigir os trechos considerados duvidosos pelos parlamentares. Segundo o Ministério da Justiça, o objetivo é "que não haja quaisquer dúvidas sobre a garantia da liberdade religiosa dentro das unidades (prisionais)".

À O Globo, o presidente da frente no Senado, Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que o desejo da bancada é ga-

rantir a liberdade religiosa. — Ninguém é obrigado a se converter, mas a fé ajuda a manter (a pessoa) distante do mundo do crime. A conversa foi muito boa, e o governo reconhece que o texto precisa melhorar — afirmou Viana.

Além dele, 12 deputados federais estiveram presentes na reunião com Lewandowski, a exemplo do presidente da bancada evangélica na Câmara, Eli Borges (PL-TO), e do ex-prefeito do Rio, Marcelo Crivella (Republicanos-RJ).

ARESTAS APARADAS

A postura do ministro em aceitar as sugestões foi elogiada por parlamentares do segmento.

— A reunião foi nota mil. Muitíssimo proveitosa e uma atenção vip dada por ele e pelos secretários — disse o deputado Roberto Monteiro (PL-RJ).

Publicado em 24 de abril, o documento provocou reações ao longo da semana passada, devido a um trecho que veda o proselitismo nas cadeias. "Será assegurada a atu-

ação de diferentes grupos religiosos em igualdade de condições, majoritárias ou minoritárias, vedado o proselitismo religioso e qualquer forma de discriminação, de estigmatização e de racismo religioso", diz a resolução.

A prática do proselitismo religioso consiste na conversão ou tentativa de conversão à prática de uma fé. Representantes da bancada evangélica, contudo, alegam que pastores estariam proibidos de ir aos presídios para apresentarem atividades religiosas, conduta que é praticada há anos pelas igrejas cristãs, ou de apresentar a fé aos presidiários, sem imposição.

O pastor Marco Feliciano (PL-SP) havia considerado a medida "desrespeitosa".

— Lula está praticando vingança contra nós, evangélicos, por termos apoiado Bolsonaro. Para quem quer se aproximar de nós, ele nos afasta cada vez mais. Não esqueceremos — disse, no último sábado.

Na avaliação de especialistas religiosos, a visita nas prisões cumpre o papel de conforto aos presidiários. Segundo o bis-



Acordo. Lewandowski com representantes da bancada evangélica: parlamentares enviaram sugestões de mudança

Senado aprova escolha para juizes e procuradores

> O Senado aprovou ontem um projeto de lei que torna crime hediondo o homicídio de integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público. O texto considera ainda como "atividades de risco permanente" a profissão exer-

cida por eles e regula uma série de proteções para os profissionais, como garantia de escolta.

> Iniciativa, porém, não estimula qual seria o efetivo adequado de policiais para garantir a segurança das novas categorias incluídas e nem prevê um impacto financeiro com o reforço nas equipes. Como

houve mudanças no texto, a iniciativa volta para análise da Câmara.

> Há uma preocupação por parte dos parlamentares da base governista de que a escolha prevista no projeto sobrecarregue as equipes das polícias federal, judiciária e das equipes administrativas de segurança de cada órgão.

> O texto já havia sido aprovado pela Câmara em agosto do ano passado. O relator no Senado, Werverton Rocha (PDT-MA), incluiu defensores públicos, policiais legislativos e oficiais de Justiça no rol dos profissionais abrangidos pelo projeto. Como fez mudanças no texto aprovado pelos deputados, o projeto volta para a Câmara.

po Rodolfo, fundador da igreja Sara Nossa Terra, este trabalho atinge, em média, 10% dos detentos e é destinado apenas aos que mostram interesse em se converter.

— A única esperança de qualquer redenção de quais-

quer presidiários é a evangelização — diz o religioso.

Membro titular do Conselho de Participação Social da Presidência e integrante do PT Juarez, o pastor Celsinho Silva afirma que o governo não tentou proibir a

presença das igrejas.

— A igreja tem que estar no presídio para ter conforto espiritual, mas sem forçar uma adesão. A gente reprovou isso — diz o líder da Assembleia de Deus Ministério do Belém.

No site do GLOBO você encontra muito mais que informação.

Notícias em tempo real para você, nosso assinante, se atualizar ao longo do dia.

Encontre as notícias que você procura com rapidez e facilidade;

Ampla cobertura de notícias nacionais e internacionais;

Opiniões e análises de mais de 50 colunistas;

Conteúdos diversos: vídeos, imagens, jogos e infográficos.



Aponte o seu celular para o QR Code e acesse agora.

www.oglobo.com.br

Assinantes O Globo Impresso 7 dias ou combo impresso / digital têm acesso a todo este conteúdo. Quer saber mais? Fale com O Globo pelo o WhatsApp (21) 4002-5300.

O GLOBO